



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, janeiro/2003

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stncesef@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, 2^o andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 8, n. 12, d. 2002. 33 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em 2002, o governo central registrou superávit primário de R\$ 30,0 bilhões, o equivalente a 2,25% do PIB estimado para o ano. O Tesouro Nacional contribuiu para esse resultado com superávit de R\$ 47,8 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 17,0 bilhões e R\$ 777,5 milhões, respectivamente. As receitas totais atingiram o montante de R\$ 321,9 bilhões no ano, as despesas totalizaram R\$ 234,9 bilhões. Além disso, foram transferidos R\$ 56,1 bilhões para estados e municípios.

O resultado primário do governo central em 2002 foi superavitário em R\$ 30,0 bilhões, aproximadamente 2,25% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Nov 2002	Dez 2002	Jan-Dez 2001	Jan-Dez 2002
I. RECEITA TOTAL	26.978,0	33.941,0	271.926,8	321.880,5
I.1. Receitas do Tesouro	21.146,5	23.867,6	209.434,9	250.852,8
I.1.1 Receita Bruta	22.065,1	24.959,7	215.762,0	259.539,7
I.1.2. (-) Restituições	-768,6	-1.092,1	-6.096,6	-8.437,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-150,0	0,0	-230,5	-249,3
I.2. Receitas da Previdência Social	5.831,6	10.073,3	62.491,9	71.027,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.406,5	4.742,2	46.024,8	56.139,7
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	21.571,5	29.198,8	225.902,0	265.740,7
IV. DESPESA TOTAL	20.526,1	33.760,8	203.473,3	234.920,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.411,4	8.790,1	64.380,5	73.305,4
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.864,5	13.070,8	75.328,1	88.026,7
IV.3. Custeio e Capital	6.250,2	11.899,9	63.764,6	73.588,1
IV.3.1. Despesas do FAT	616,1	721,9	6.615,4	7.916,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	1,7	784,2	4.616,7	2.923,0
IV.3.3. Outras Despesas	5.632,3	10.393,7	52.532,5	62.748,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.045,5	-4.562,0	22.428,7	30.820,6
V.1. Tesouro Nacional	3.078,4	-1.564,5	35.264,9	47.819,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-2.032,9	-2.997,5	-12.836,2	-16.999,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-48,0	-142,0	-691,6	-777,5
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	997,5	-4.704,0	21.737,1	30.043,1
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,81%	2,25%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Dez2002/Dez2001	
Receitas	18,4%
Tesouro	19,8%
Previdência	13,7%
Transferências	22,0%
Receita Líquida	17,6%
Despesas	15,5%
Benefícios	16,9%
Pessoal	13,9%
Custeio e Capital	15,4%

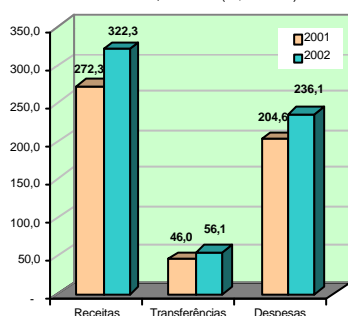
Em relação ao ano anterior, as contas do governo central em 2002 mostram que os principais itens de receita e despesa aumentaram em termos nominais e em relação ao PIB. A arrecadação total (incluindo receitas do Banco Central) cresceu R\$ 50,0 bilhões (ou 1,5 ponto percentual do PIB), passando de R\$ 272,3 bilhões (22,7% do PIB) para R\$ 322,3 bilhões (24,2% do PIB). Entre os principais fatores que contribuíram para esse crescimento, destacam-se as receitas extraordinárias, na maioria dos casos sem correspondência em 2001, tais como as decorrentes i) da desistência de ações judiciais e administrativas e pagamento de débitos em atraso (R\$ 9,6 bilhões por fundos de pensão e R\$ 5,2 bilhões pelos demais contribuintes); ii) da cobrança da CIDE sobre combustíveis

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receita Total	22,7%	24,2%
Transferências	3,8%	4,2%
Receita Líquida	18,9%	20,0%
Despesa Total	17,0%	17,7%
Resultado Primário	1,8%	2,3%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Tesouro Nacional	2,9%	3,6%
Previdência Social	-1,1%	-1,3%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
Governo Central	1,8%	2,3%

(R\$ 7,2 bilhões); e iii) da tributação sobre o lucro obtido na alienação de títulos públicos (R\$ 1,1 bilhão). Além disso, merecem destaque o aumento de R\$ 2,1 bilhões na receita de cota-parte de compensações financeiras, decorrente principalmente do pagamento de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, e de R\$ 3,2 bilhões em CPMF, com o aumento da alíquota de 0,30% para 0,38% a partir de 19/03/2001. Esses valores mais do que compensaram a menor arrecadação pelo fim da conta petróleo (R\$ 1,9 bilhão em 2001, contra R\$ 53,9 milhões em 2002) e pela redução dos leilões de concessão de serviços (receita de R\$ 4,4 bilhões em 2001, contra R\$ 1,8 bilhões em 2002).

Resultado do Governo Central
Brasil, Jan-Dez (R\$ bilhões)



As transferências a estados e municípios aumentaram R\$ 10,1 bilhões no ano (ou 0,4 p.p. do PIB), passando de R\$ 46,0 bilhões, em 2001, para R\$ 56,1 bilhões, em 2002. Esse comportamento acompanhou, em parte, a evolução das receitas partilhadas, particularmente do imposto de renda, que cresceu R\$ 20,9 bilhões (1,0 p.p.) em relação ao observado no ano anterior, e da cota-parte de compensações financeiras, como descrito acima. O IPI, por outro lado, foi menor em R\$ 342,4 milhões (0,1 p.p.). Com isso, a receita do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) líquida das transferências a estados e municípios totalizou R\$ 266,2 bilhões, acima do verificado no ano passado em R\$ 39,9 bilhões (ou 1,1 ponto percentual do PIB).

Por sua vez, as despesas do governo central (incluindo as despesas do Banco Central) cresceram R\$ 31,5 bilhões (ou 0,7 ponto percentual do PIB) em relação a 2001. As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram como resultado do realinhamento salarial e da reestruturação de carreiras estratégicas do funcionalismo ao longo do ano. Além disso, foram incorporadas à folha da União despesas relacionadas a decisões judiciais e administrativas, como o aumento de 3,17% relativo à isonomia salarial com o Legislativo e o Judiciário, e o adicional por tempo de serviço (anuênios) devido a servidores regidos anteriormente pela CLT. Com relação ao item custeio e capital, o crescimento das despesas em relação a 2001 deve-se, em parte, ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000 e consequente aumento de gastos no Ministério da Saúde. Também se observou incremento importante de despesa em outras áreas do governo, com destaque para o Ministério da Educação e o Ministério dos Transportes. Nesse último caso, destaca-se o repasse de R\$ 1,3 bilhão em dezembro, decorrente da transferência de parte da malha rodoviária federal para a esfera estadual.

Em 2002, a realização das despesas no âmbito do Fundo de Combate à pobreza totalizou R\$ 4,0 bilhões, contra R\$ 564,3 milhões em 2001.

Cabe mencionar que a realização das despesas de custeio no âmbito do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza totalizaram R\$ 4,0 bilhões em 2002, contra R\$ 564,3 milhões no ano anterior.

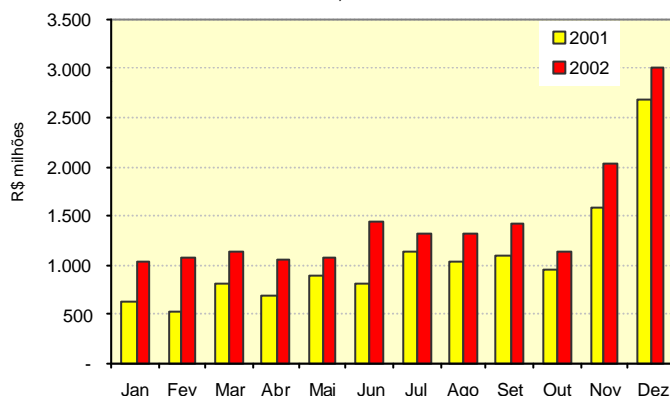
Por fim, o déficit da Previdência Social aumentou R\$ 4,2 bilhões (ou 0,2 ponto percentual do PIB) em relação a 2001, passando de R\$ 12,8 bilhões (1,07% do PIB) para R\$ 17,0 bilhões (1,27% do PIB). Do lado das despesas, houve, no ano, reajustes na tabela de benefícios, elevando seu valor médio de R\$ 321,5, em 2001, para R\$ 358,3, em 2002. Além disso, a quantidade de benefícios emitidos passou de 19,9 milhões para 20,6 milhões.

Do lado das receitas, a arrecadação de 2002 foi de R\$ 71,0 bilhões (5,33% do PIB), ante R\$ 62,5 bilhões (5,21% do PIB) no ano anterior. O gráfico abaixo mostra a evolução do déficit da Previdência Social ao longo de 2001 e 2002.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
Jan-Dez (R\$ bilhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	62,5	71,0
Benefícios	75,3	88,0
Resultado Primário	-12,8	-17,0

Déficit da Previdência Social
Brasil, 2001/2002



Em 2002, o déficit primário da Previdência Social foi de R\$ 17,0 bilhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional em dezembro atingiu o montante de R\$ 25,0 bilhões, superior em R\$ 2,9 bilhões (13,1%) à cifra registrada no mês anterior. No caso das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal (SRF), o crescimento foi de R\$ 1,6 bilhão, explicado, especialmente, por fatores sazonais, devido à tributação do 13º salário e à maior movimentação financeira. Observou-se, assim, aumento na arrecadação do IRRF-Rendimentos do Trabalho, de R\$ 1,4 bilhão (69,8%), e da CPMF, de R\$ 420,6 milhões (24,6%).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Por outro lado, houve queda na receita do IRPJ, CSLL, Cofins e PIS/Pasep, em virtude da concentração de recolhimentos em novembro do pagamento de débitos atrasados, conforme estabelecido na MP nº 75, de 24/10/2002, totalizando R\$ 1,3 bilhão.

A receita bruta do Tesouro Nacional aumentou R\$ 2,9 bilhões em relação a novembro, devido a fatores sazonais.

As demais receitas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 1,2 bilhão (67,2%) devido, principalmente, à arrecadação de dividendos da Eletrobrás, no valor de R\$ 885,8 milhões, e ao leilão de concessão das bandas D e E ocorrido em novembro, cujos recursos ingressaram na Conta Única do Tesouro Nacional em dezembro, totalizando R\$ 199,6 milhões.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

As receitas do Tesouro acumuladas em 2002 superaram em 1,5 ponto percentual do PIB a arrecadação de 2001, movimento explicado em grande medida pelo ingresso de receitas extraordinárias.

Em 2002, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 259,5 bilhões, equivalentes a 19,5% do PIB, contra 18,0% observado no ano anterior, quando perfizer R\$ 215,8 bilhões. Esse crescimento esteve concentrado nos tributos administrados pela SRF, sendo explicado, em grande medida, pelo expressivo ingresso de receitas extraordinárias, dentre as quais destacam-se aquelas decorrentes do pagamento de débitos tributários atrasados, nas condições estabelecidas nas Medidas Provisórias nºs 2.222/2001, 38/2002, 66/2002 e 75/2002 (ver boxe abaixo).

Boxe 1 – Pagamento de tributos atrasados em 2002

A MP nº 2.222, de 04/09/2001, estabeleceu novas regras para a tributação dos rendimentos e ganhos com aplicações de recursos pelos fundos de previdência complementar. No seu art. 5º, foi permitido às entidades optantes do regime especial que pagassem os tributos atrasados em até seis parcelas, conforme a Lei nº 9.779/1999, a partir de janeiro de 2002. No ano, essas medidas proporcionaram uma arrecadação da ordem de R\$ 7,7 bilhões.

Em maio, foi editada a MP nº 38, que isentou do pagamento de multas, moratórias ou punitivas os devedores com ações ajuizadas que quitassem até o último dia útil de julho os débitos tributários e previdenciários atrasados, pelas condições estabelecidas no art. 17 da Lei nº 9.779/1999 e no art. 11 da MP nº 2.158-35/2001. O ganho de arrecadação com essa medida foi de R\$ 2,2 bilhões.

Por sua vez, a MP nº 66, de 29/08/2002, estendeu até setembro o prazo para pagamento de débitos tributários e previdenciários em atraso, ajuizados ou não, e das entidades de previdência complementar optantes do regime especial. O ingresso de receitas decorrente desse dispositivo totalizou R\$ 3,5 bilhões.

Em outubro, a MP nº 75 reabriu até o último dia útil de novembro os prazos estabelecidos na MP nº 66, proporcionando receitas extras da ordem de R\$ 1,3 bilhão.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Impostos	8,1%	8,8%
Imposto de Renda	5,4%	6,4%
IPI	1,6%	1,5%
Outros	1,1%	0,9%
Contribuições	7,7%	8,7%
Cofins	3,9%	3,9%
CPMF	1,4%	1,5%
CSLL	0,8%	1,0%
Cide - Combustíveis	-	0,5%
Outras	1,7%	1,7%
Demais	2,1%	1,9%
Dividendos da União	0,3%	0,2%
Concessões	0,4%	0,1%
Outras	1,5%	1,6%
Total Bruto	18,0%	19,5%

Além das receitas com tributos atrasados, merece destaque a arrecadação de R\$ 7,2 bilhões proporcionada pela vigência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE-Combustíveis). Essa contribuição foi instituída pela Lei nº 10.336/2001, como forma de compensar a perda de receitas com a extinção da Conta Petróleo.

Outros fatores que também contribuíram para o aumento na arrecadação dos tributos administrados foram:

- arrecadação extra, em janeiro, de R\$ 1,1 bilhão, proporcionada pela tributação de lucro de empresa estatal, decorrente da permuta de títulos públicos;
- aumento da arrecadação decorrente de tributação sobre resgate de aplicação financeira de residentes no exterior, no montante de R\$ 451,0 milhões;

- arrecadação atípica, em fevereiro, referente a Depósitos Judiciais – Dívida Ativa no valor de R\$ 434,8 milhões; e
- cobrança da CPMF com alíquota de 0,38% em todos os meses de 2002, ao passo que no ano anterior essa alíquota vigorou apenas a partir de 19 de março, o que explica, em parte, o acréscimo na arrecadação de R\$ 3,2 bilhões (18,4%).

Por outro lado, observou-se redução nominal de R\$ 1,1 bilhão nas receitas do Imposto de Importação, em função da redução de 6,8% no valor em dólar das importações tributadas e de 18,2% na alíquota média desse imposto. Embora não apresentando redução nominal, o baixo crescimento da receita com o IRRF-Rendimentos do Trabalho, 4,2%, pode ser explicado pela correção em 17,5% da tabela de retenção na fonte a partir de janeiro/2002, em conformidade com a MP nº 22/2002.

No conjunto, as demais receitas do Tesouro ficaram 0,2 ponto percentual do PIB inferiores aos recursos ingressados em 2001. Tal comportamento é explicado basicamente pela diminuição de R\$ 2,6 bilhões nas receitas de concessão, em função de arrecadação expressiva ocorrida no ano anterior, relativa a leilão de serviços públicos nas áreas de telecomunicações, petróleo e energia elétrica. As receitas com os dividendos da União permaneceram estáveis em R\$ 3,2 bilhões, com ligeira queda quando analisadas em proporção ao PIB, de 0,03 ponto percentual. As principais oscilações decorreram do crescimento nos dividendos pagos pela Eletrobras (R\$ 454,6 milhões) e a redução daqueles do FND (R\$ 260,0 milhões), neste caso explicado pelo recolhimento, em 2001, de dividendos referentes aos exercícios de 1999 e 2000.

Ainda no âmbito das “demais receitas”, verificou-se aumento de R\$ 2,1 bilhões (41,5%) na arrecadação de *royalties* e participação especial pela produção de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997), decorrente do aumento da produção interna de petróleo e gás natural e do preço no mercado internacional, este influenciado também pela depreciação na taxa de câmbio. As receitas de contribuição para a pensão dos servidores militares cresceram R\$ 351,8 milhões (54,7%), em função da mudança na sistemática de cobrança, em conformidade com o disposto no art. 27 da MP nº 2.215-10, de 31/08/2001.

Em relação a 2001, as transferências a estados e município apresentaram crescimento de 0,4 ponto percentual do PIB, o que corresponde a um incremento nominal de R\$ 10,1 bilhões (22,0%). As transferências constitucionais apresentaram acréscimo de R\$ 8,2 bilhões (22,5%), refletindo o recolhimento de débitos atrasados do Imposto de Renda.

**DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO
Jan-Dez (R\$ milhões)**

EMPRESAS	2001	2002
Petrobras	1.201,3	1.036,8
BNDES	599,9	444,4
CVRD	250,6	116,1
FND	378,7	118,7
Eletrobrás	431,3	885,8
Banco do Brasil	165,5	292,9
ECT	47,2	124,8
Demais	204,7	144,3
Total	3.231,9	3.163,8

**DEMAIS RECEITAS DO TESOURO
Jan-Dez (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Demais	25.675,0	25.991,6
Dividendos da União	3.231,9	3.163,8
Concessões	4.381,3	1.820,0
Outras	18.061,8	21.007,7

**Transferências
a estados e
municípios**

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS
Jan-Dez (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Constitucionais	3,03%	3,34%
Desoneração do ICMS	0,30%	0,30%
Demais	0,50%	0,57%
Total	3,84%	4,21%

Em proporção do PIB, as transferências relativas à Lei Complementar nº 87/1996 permaneceram no mesmo nível de 2001 (0,3%), como decorrência dos critérios definidos na Lei Complementar nº 102/2000, que estabeleceu para os anos de 2001 e 2002 transferências no valor de R\$ 3,1 bilhões, corrigidas anualmente pelo IGP-DI.

As demais transferências totalizaram R\$ 7,6 bilhões em 2002, superando em R\$ 1,6 bilhão (25,9%) o valor registrado em 2001. Esse aumento concentrou-se nos repasses decorrentes dos *royalties* petróleo e participação especial estabelecidos na Lei nº 9.478/1997, cuja elevação foi de R\$ 1,1 bilhão (48,6%).

**Despesas do Tesouro
em relação ao mês
anterior**

*O crescimento das
despesas do Tesouro
Nacional no mês é
explicado, em grande
medida, por gastos
sazonais, como pagamento
de 13º salário ao
funcionalismo.*

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 20,7 bilhões em dezembro, contra R\$ 12,7 bilhões no mês anterior. Esse crescimento está concentrado nos pagamentos de pessoal e encargos sociais e em outras despesas de custeio e capital.

A despesa com pessoal e encargos sociais passou de R\$ 6,4 bilhões, em novembro, para R\$ 8,8 bilhões, no mês em análise, explicado pelo pagamento de 13º salário e férias do funcionalismo público.

As despesas de custeio e capital atingiram R\$ 11,9 bilhões, contra R\$ 6,3 bilhões no mês anterior, ratificando, em grande medida, o caráter sazonal desse agregado, com maior concentração nos últimos meses do ano. Com efeito, em dezembro, foram efetuados pagamentos pelos diversos órgãos da administração pública, cuja liberação dos recursos por parte do Tesouro Nacional já havia sido efetuada em meses anteriores, aos quais se somaram as ampliações de R\$ 0,5 bilhão nos limites orçamentários e R\$ 0,8 bilhão nos limites financeiros observadas no mês (Decretos nºs 4.512, de 12/12/2002, e 4.546, de 26/12/2002).

Além disso, foram liberados R\$ 1,3 bilhão de créditos extraordinários em dezembro para transferência do domínio da malha rodoviária federal para a esfera estadual, consoante MP nº 82, de 07/12/2002.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) passaram de R\$ 616,1 milhões, em novembro, para R\$ 721,9 milhões, em dezembro. Contribuiu para esse resultado o aumento nas despesas do seguro-desemprego, que passaram de R\$ 399,8 milhões para R\$ 483,2 milhões. Vale ressaltar que, em dezembro, foi efetuada transferência de recursos no valor de R\$ 132,0 milhões às instituições financeiras para pagamento da sexta parcela do exercício 2002/2003, ao passo que a parcela de novembro totalizou R\$ 30,0 milhões, conforme Resolução Codefat nº 284, de 06/07/2002.

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
(R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	Nov	Dez
Pessoal e Encargos	6.411,4	8.790,1
Custeio e Capital	6.250,2	11.899,9
Despesas do FAT	616,1	721,9
Subsídios e Subvenções	1,7	784,2
Outras	5.632,3	10.393,7

Boxe 2 – Liberação de recursos em decorrência de transferência da malha rodoviária federal para a esfera estadual

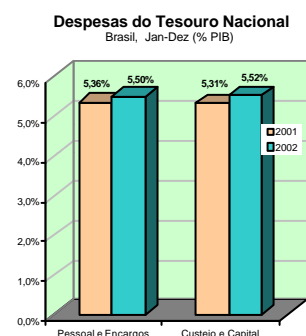
A MP nº 82, de 07/12/2002, estabeleceu critério para a transferência do domínio aos estados e ao Distrito Federal de estradas de rodagens da União nas quais aqueles entes realizaram obras, por conta e risco, sem o abrigo de convênios ou no abrigo desses, mas sem plano de trabalho de aplicação, ou fora dos limites e especificações nesses estabelecidos. A transferência de domínio ensejou repasse de montantes necessários à continuidade dos trabalhos de manutenção e melhorias de tais rodovias, valores proporcionais à quantidade de quilômetros transferidos, e oriundos da CIDE, de que trata a Lei nº 10.336, de 19/12/2001. A referida MP condicionou a assinatura do termo de transferência à i) declaração pelo estado ou pelo Distrito Federal de que todas as despesas realizadas em rodovias federais foram efetuadas por sua conta e ordem, não constituindo obrigação da União; ii) adimplência do estado ou do Distrito Federal no que se refere ao pagamento de dívidas e demais obrigações financeiras para com a União; e iii) renúncia em juízo ao direito em que se baseie eventual ação contra a União, quanto ao ressarcimento ou indenização por despesas incorridas com rodovias federais.

Em dezembro, foram liberados R\$ 1,3 bilhão de créditos extraordinários, sendo R\$ 557,0 milhões para Minas Gerais, R\$ 184,5 milhões para o Rio Grande do Sul, R\$ 131,0 milhões para Bahia e R\$ 66,4 milhões para o Maranhão.

Relativamente aos gastos com subsídios e subvenções econômicas, houve incremento de R\$ 782,5 milhões em relação a novembro. Tal variação pode ser explicada, principalmente, i) pela elevação dos gastos com equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Aquisição do Governo Federal (AGF), e ii) pelo aumento dos dispêndios com equalização no Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf) e Investimento Rural e Agroindustrial, em função do pagamento, em dezembro, de despesas que seriam pagas em janeiro relativas ao exercício de 2002.

No ano, as despesas do Tesouro Nacional situaram-se em 11,0% do PIB, apresentando acréscimo de 0,3 ponto percentual do PIB em relação às verificadas no ano anterior. Os gastos com pessoal e encargos sociais passaram de 5,4% do PIB, no ano anterior, para 5,5% do PIB, em 2002, enquanto que as despesas com custeio e capital cresceram de 5,3% do PIB, em 2001, para 5,5% do PIB, em 2002.

Em termos nominais, a rubrica pessoal e encargos sociais elevou-se em R\$ 8,9 bilhões devido ao crescimento vegetativo da folha salarial e aos seguintes fatores, sem correspondência em 2001: i) impacto, a partir de fevereiro de 2002, da revisão geral de 3,5% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.331, de 18/12/2001; ii) extensão, também a partir de fevereiro de 2002, do percentual de 3,17% aos servidores públicos incluídos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), de acordo com a MP nº 2.225-45, de 04/09/2001; iii) realinhamento salarial ocorrido em função da reestruturação de

**Despesas do
Tesouro em relação
ao ano anterior**


diversas carreiras do funcionalismo público, dentre as quais a carreira militar das Forças Armadas, contemplada na MP nº 2.215-10, de 31/08/2001, com impacto financeiro a partir de julho de 2002, e da carreira dos servidores do Poder Judiciário da União, consoante Lei nº 10.745, de 27/06/2002; e iv) pagamento, em janeiro e julho deste ano, da segunda e terceira parcelas, respectivamente, do passivo do adicional do tempo de serviço (anuênios), consoante estabelecido no art. 8º da MP nº 2.169-43, de 24/08/2001, ao passo que em 2001 o pagamento da primeira parcela ocorreu em julho.

Com relação às despesas de custeio e capital, observou-se incremento de R\$ 9,8 bilhões, comparativamente a 2001. Parte desse crescimento é explicado pelas despesas efetuadas pelo Ministério da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/2000, a qual definiu valores mínimos para aplicação desses recursos. As despesas com custeio e capital na área da Saúde passaram de R\$ 19,4 bilhões, em 2001, para R\$ 22,2 bilhões, no ano em análise. Destaca-se também o crescimento dos gastos efetuados pelo Ministério da Educação, que totalizaram R\$ 6,8 bilhões em 2002 contra R\$ 5,4 bilhões em 2001. Cabe mencionar que, em 2002, a realização de despesas no âmbito do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/2000, totalizou R\$ 4,0 bilhões, contra R\$ 564,3 milhões no ano anterior.

As despesas do FAT atingiram R\$ 7,9 bilhões em 2002, 19,7% superior ao ano anterior, o equivalente a 0,59% do PIB. As despesas com seguro-desemprego totalizaram R\$ 5,7 bilhões em 2002, contra R\$ 4,6 bilhões, no ano anterior. Por sua vez, os gastos com abono salarial perfizeram R\$ 1,3 bilhão, ante R\$ 981,6 milhões em 2001. O incremento dessas despesas deveu-se, principalmente, ao aumento do salário-mínimo ocorrido em abril de 2002, com reflexo nos valores dos benefícios de seguro-desemprego e abono salarial a partir daquele mês. No caso do abono salarial, o impacto mais significativo ocorreu a partir de julho quando da liberação do primeiro lote do benefício, referente ao exercício 2002/2003.

Os gastos com subsídios à agricultura e às exportações atingiram o montante de R\$ 2,5 bilhões em 2002, apresentando decréscimo de R\$ 1,0 bilhão em relação ao ano anterior. Os subsídios às exportações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) passaram de R\$ 1,3 bilhão, em 2001, para R\$ 465,2 milhões no corrente ano. Por sua vez, os subsídios à agricultura reduziram-se em R\$ 239,3 milhões face, sobretudo, ao aumento nas receitas líquidas obtidas com a venda de produtos agrícolas, principalmente arroz e milho, e em operações do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF).

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Dez (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Agricultura	2.254,8	2.015,5
Custeio Agropecuário	180,8	214,4
Investimento Rural	88,1	188,0
Preços Agrícolas	351,5	-74,9
- EGF	2,7	13,4
- AGF	228,4	-206,2
- Sustentação de preços	120,5	117,9
Pronaf	496,6	615,6
PESA	44,5	0,0
Securitização (Lei 9.138)	1.093,3	1.072,3
Outros	1.291,7	521,8
Exportação (Proex)	1.291,7	465,2
Habitação (PSH)	0,0	56,7
Total	3.546,5	2.537,3

Em dezembro, a Previdência Social apresentou déficit primário de R\$ 3,0 bilhões, 47,4% acima do verificado no mês anterior. Este resultado é explicado pelo aumento sazonal da despesa com benefícios referentes ao pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas, e conseqüente acréscimo da arrecadação líquida. A tabela abaixo resume essas informações.

Previdência Social

TABELA 2 RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2001-2002				
DISCRIMINAÇÃO	Nov	Dez	Jan-Dez	
	2002	2002	2001	2002
Arrecadação Líquida	5.831,6	10.073,3	62.491,9	71.027,7
Arrecadação Bruta	6.341,5	10.648,4	67.522,9	76.640,5
- Contribuição Previdenciária	5.912,7	10.169,2	63.060,9	71.848,5
- Simples	281,7	288,5	2.476,5	2.810,3
- CDP	5,5	0,0	86,6	175,0
- CFT	39,6	67,5	426,0	495,2
- Depósitos Judiciais	57,9	80,6	797,4	772,2
- Refis	31,5	29,7	442,6	400,3
- Outras Receitas	12,7	13,0	232,9	139,1
(-) Restituição/Devolução	-35,0	-91,1	-399,9	-419,2
(-) Transferências a Terceiros	-474,9	-483,9	-4.631,1	-5.193,6
Benefícios Previdenciários	7.864,5	13.070,8	75.328,1	88.026,7
Resultado Primário	-2.032,9	-2.997,5	-12.836,2	-16.999,0
Resultado Primário/PIB			-1,07%	-1,27%

Em dezembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,0 bilhões. No ano, o déficit primário acumulado atingiu R\$ 17,0 bilhões, equivalentes a 1,27% do PIB.

A arrecadação líquida, quando comparada ao mês anterior, apresentou aumento de 72,7%, atingindo R\$ 10,1 bilhões. Contribuíram para esse resultado a contribuição sobre o décimo-terceiro salário e o aumento da arrecadação das empresas em geral, decorrente do melhor gerenciamento da arrecadação, visando principalmente a um melhor acompanhamento dos maiores contribuintes.

As despesas com benefícios previdenciários tiveram aumento nominal da ordem de 66,2%, atingindo R\$ 13,1 bilhões. Esse acréscimo se deve ao pagamento do 13º salário, excluindo os beneficiários que recebem no 1º dia útil de dezembro, e cujo impacto na conta única do Tesouro Nacional ocorreu no mês de novembro.

No ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 71,0 bilhões, representando um acréscimo nominal de 13,7% em relação à verificada em 2001. Em percentual do PIB, a arrecadação corresponde a 5,33 pontos em 2002, apresentando incremento de 0,12 ponto percentual quando comparada ao ano de 2001.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 88,0 bilhões, superando em R\$ 12,7 bilhões o montante observado em 2001, quando perfizeram R\$ 75,3 bilhões. Esse acréscimo é decorrente do aumento de i) 11,4% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário-mínimo a partir de abril de 2002 (com impacto no caixa a partir de maio) e reajuste dos demais

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	5,21%	5,33%
Benefícios	6,28%	6,60%
Resultado Primário	-1,07%	-1,27%

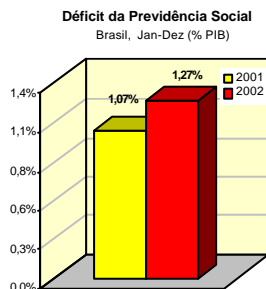
benefícios a partir de junho de 2002 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) 749,9 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2002.

Benefícios Emitidos	jan/2001- dez/2001	jan/2002- dez/2002	%
Quantidade*	19,9	20,6	3,8%
Valor Médio**	321,5	358,3	11,4%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

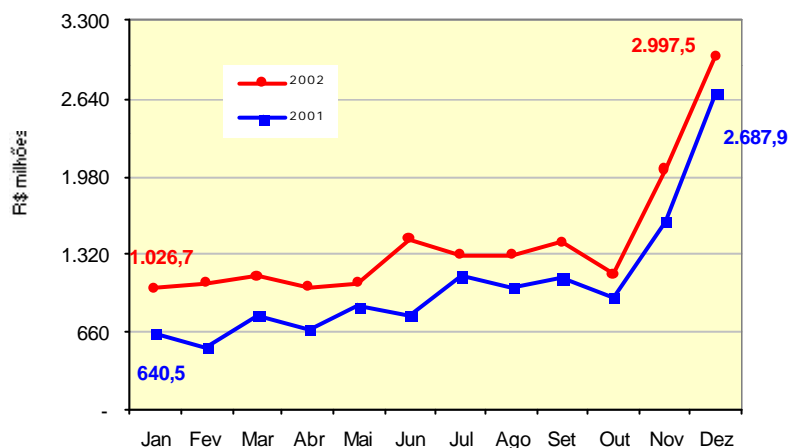
Considerando a média das emissões dos benefícios no ano de 2002, comparativamente à média do ano de 2001, observa-se que i) as aposentadorias aumentaram em 258,3 mil (2,3%); ii) os auxílios-doença, aumento de 199,5 mil (37,5%); iii) as pensões por morte, aumento de 151,7 mil (3,0%); iv) os benefícios assistenciais aumentaram 91,9 mil (4,4%); v) os benefícios acidentários, incremento de 27,2 mil benefícios (4,0%); vi) os salários-maternidade, aumento de 19,9 mil (16,6%); e vii) os demais benefícios aumentaram em 1,4 mil (8,2%).

O déficit primário do RGPS acumulado em 2002 totalizou R\$ 17,0 bilhões, apresentando elevação nominal de 32,4% em relação ao ano anterior. Como proporção do PIB, o resultado desse ano situou-se 0,20 ponto percentual acima do observado em 2001 (1,27 % do PIB e 1,07% do PIB, respectivamente).



Déficit da Previdência Social

Brasil, 2001/2002



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

No mês de dezembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 331,0 bilhões, equivalentes a 24,8% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em dezembro de 2001.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

(R\$ milhões)

	2001		2002	
	Dez	Nov	Dez	Nov
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	120.500	89.652	68.075	
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	507.532	564.377	558.883	
Dívida Contratual da STN	-299.716	-365.823	-380.623	
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-87.316	-108.901	-110.185	
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	164.631	267.191	262.917	
Dívida Mobiliária em Poder do Público	124.483	204.856	200.668	
Títulos Depositados em Garantia	-3.769	-6.318	-6.139	
Dívida Contratual	44.901	69.902	69.479	
Disponibilidades	-984	-1.248	-1.091	
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	285.131	356.844	330.993	
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	23,8%	27,2%	24,8%	

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em dezembro, a dívida líquida caiu 2,4 pontos percentuais do PIB em relação a novembro devido, principalmente, ao crescimento dos haveres contratuais da STN e Fundos, Autarquias e Fundações, aliado à queda dos estoques das Dívidas Mobiliárias Interna e Externa.

Em relação a novembro, a dívida líquida diminuiu 2,4 pontos percentuais do PIB. Para tal comportamento contribuiu, principalmente, a redução dos estoques das dívidas mobiliárias interna (devido ao resgate líquido de R\$ 7,2 bilhões) e externa (devido à apreciação cambial de 2,84% ocorrida no mês), aliado à elevação do saldo dos haveres contratuais.

A dívida interna líquida caiu 1,7 ponto percentual do PIB em relação a novembro, situando-se em 5,1% do PIB, sendo a menor relação desde setembro de 1999.

Cabe ressaltar que em 2002 houve variação nominal positiva de 10,68% no estoque da DPMFi em poder do público. Este aumento é explicado pelo fato de, no mesmo período, apesar de verificar-se resgate líquido de R\$ 38,5 bilhões, a apropriação total dos juros nominais por competência ter sido de R\$ 123,4 bilhões. Entretanto, em termos reais (deflacionando pelo IGP-M, índice de preços que corrige o principal da DPMFi), a variação real no ano foi negativa em 11,67%.

Dívida Interna Líquida

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

(R\$ milhões)

	2001		2002
	Dez	Nov	Dez
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	120.500	89.652	68.075
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	507.532	564.377	558.883
LFT	275.243	325.001	356.026
LTN	48.807	27.862	13.584
NTN-C	26.782	54.934	47.230
NTN-D	39.204	49.129	49.893
Demais	95.906	83.196	67.343
Dívida Securitizada	19.314	22.155	22.801
TDA	2.276	2.100	2.005
DÍVIDA CONTRATUAL	-387.032	-474.725	-490.808
<i>Tesouro Nacional</i>	-299.716	-365.823	-380.623
Dívida Bancária	25.355	25.146	25.206
Lei nº 7.976/89	-10.316	-13.749	-13.185
Lei nº 8.727/93	-46.430	-46.044	-46.385
Lei nº 9.496/97	-154.222	-179.532	-190.406
Renegociação Dívida Municipais	-20.279	-24.208	-27.034
Demais Haveres da STN	-93.824	-127.436	-128.820
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-87.316	-108.901	-110.185
FAT	-63.702	-78.749	-79.194
Demais Entidades	-23.614	-30.152	-30.991
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	42,3%	43,0%	41,9%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,3%	-36,2%	-36,8%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,0%	-27,9%	-28,5%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,0%	6,8%	5,1%

Em dezembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou o correspondente a 5,1% do PIB, menor relação desde setembro de 1999.

Emissões e Resgates

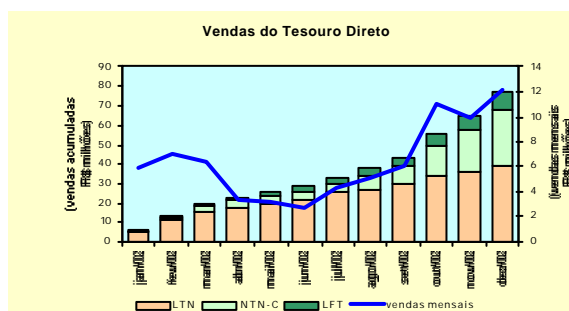
Em dezembro, houve resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 7,2 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 37,5 bilhões e os resgates a R\$ 44,7 bilhões. Conforme observado na tabela 5, em 2002 o resgate líquido total correspondeu a R\$ 38,5 bilhões, destacando-se os resgates líquidos de LTN, NTN-D e emissões líquidas de LFT e NTN-C.

Boxe 3 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos no mês de dezembro, R\$ 12,8 milhões correspondem à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto. Desse montante, 51,31% referem-se à venda de títulos indexados ao IGP-M (NTN-C).

Ao longo do primeiro ano de funcionamento do programa (desde janeiro de 2002), foram captados R\$ 77,0 milhões. Até então, cadastraram-se mais de 5.600 investidores, distribuídos por todos os Estados da Federação. Do total vendido em 2002, 50,7% referem-se à venda de LTN, 36,9% à NTN-C e o restante à LFT (12,5%).

Dentre as emissões realizadas no mês por meio de oferta pública, ressaltam-se: i) R\$ 18,5 bilhões em LFT com vencimentos ao longo de 2003, e ii) R\$ 2,1 bilhões em NTN-C, com vencimentos em dezembro de 2005, abril de 2008 e julho de 2017. No ano de 2002, as emissões totais por meio de oferta pública totalizaram R\$ 200,6 bilhões, das quais destacaram-se as emissões de LFT no montante de R\$ 106,8 bilhões.



As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 16,8 bilhões, tendo sido mais representativas: i) R\$ 15,7 bilhões em LFT, sendo R\$ 15,3 bilhões a favor do Banco do Brasil em permuta por LFT-A, de acordo com a Lei nº 10.179, de 06/02/2001; ii) R\$ 662,3 milhões em NTN-C para securitização de dívidas: R\$ 573,6 milhões em favor da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, R\$ 74,2 milhões em favor do Estado de Tocantins e R\$ 13,7 milhões para o Estado de Roraima, em cumprimento ao §7º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); e iii) R\$ 227,1 milhões em CVS para securitização de dívida do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS).

TABELA 5
EMISSIONES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

Fatos	Ofertas Públicas*		Emissões Diretas		Total	
	Dez	Ano**	Dez	Ano**	Dez	Ano**
I. Emissões	20.651	200.625	16.843	45.756	37.494	246.381
LFT	18.512	106.756	15.732	19.815	34.244	126.571
LTN	3	52.501	0	0	3	52.501
NTN-C	2.136	20.326	662	696	2.798	21.022
NTN-D	0	20.479	0	344	0	20.823
TDA	0	0	23	215	23	215
Securitizada***	0	0	227	11.213	227	11.213
Demais	0	564	198	13.474	198	14.037
II. Resgates****	27.409	211.625	17.277	73.276	44.687	284.901
LFT	6.684	67.618	0	1	6.684	67.618
LTN	14.503	95.654	0	0	14.503	95.654
NTN-C	5.281	10.367	0	0	5.281	10.367
NTN-D	942	37.950	0	0	942	37.950
TDA	0	0	124	631	124	631
Securitizada***	0	0	64	11.575	64	11.575
Demais	0	37	17.089	61.070	17.089	61.107
II. Valor Líquido (I-II)	-6.758	-11.001	-434	-27.520	-7.193	-38.521

*O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

**Valores sujeitos à alteração

***Inclui dívida agrícola.

****Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Boxe 4 – Emissão de NTN-C

Foi realizado, nos dias 28 e 29/11, com liquidação financeira em 01/12, leilão tradicional de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com vencimentos em 2008 e 2017. Houve um leilão adicional de NTN-C (preços uniformes) em 20/11, com liquidação financeira no dia 02/12 e vencimento para dezembro de 2005.

Segundo a tendência dos leilões anteriores, as taxas aceitas no leilão tradicional foram menores relativamente a novembro. Para o título vencendo em 2008, a taxa foi de 9,64% contra 9,70% em novembro, e para o título de vencimento em 2017, a taxa foi de 10,42% contra 10,45% em novembro.

No leilão adicional, arrecadou-se R\$ 650,0 milhões e a taxa média foi de 8,95%.

Relativamente ao ano de 2002, foram emitidos R\$ 11,3 bilhões de NTN-C por meio de leilões tradicionais (realizados em duas etapas, ao final de cada mês) e R\$ 8,9 bilhões em leilões adicionais.

Do total de emissões diretas em 2002, aproximadamente 68,2% corresponderam a emissões em troca por outros títulos, não impactando o estoque da DPMFi, como pode ser observado na tabela a seguir.

EMISSIONES DIRETAS EM 2002

Finalidade	Ano
Dívida Agrícola	4.870,3
Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual - PROES	1.938,0
Programas de troca de títulos da dívida externa	1.500,0
Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS	1.235,2
Renegociação de dívida dos estados	1.097,2
Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais	845,6
Operações de troca com o Banco do Brasil	
LFT por LFT-A	15.333,7
LFT por dívida agrícola e NTN-C	2.580,3
Dívida agrícola por dívida agrícola e NTN-C	5.226,3
Operações de troca com a Petrobras	8.047,1
Demais	3.082,2
TOTAL	45.756,0

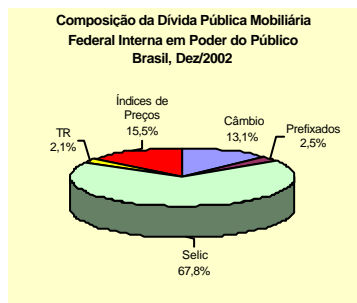
* Valores sujeitos à alteração

Em dezembro, foram resgatados R\$ 17,3 bilhões em títulos emitidos por meio de emissão direta, tendo sido a maior parte referente a cancelamentos, dos quais R\$ 15,4 bilhões de LFT-A (troca por LFT), e R\$ 496,6 milhões de títulos (LFT, LFT-B, dívida securitizada) em troca por NTN-C (leilão tradicional).

Composição

Quanto à composição da DPMFi, observou-se, no mês, um aumento da participação dos títulos indexados à Selic (3,37 p.p.) e redução na participação dos títulos prefixados (2,54 p.p), explicados pela emissão líquida de R\$ 27,6 bilhões em LFT e resgate líquido de R\$ 14,5 bilhões em LTN, respectivamente. A participação dos títulos remunerados por índices de preços caiu em 0,99 p.p. devido, basicamente, ao resgate líquido de NTN-C de R\$ 2,5 bilhões.

Comparando-se a posição final de 2002 com 2001, destacam-se a queda na participação dos títulos prefixados e o aumento dos títulos pós-fixados (Selic, câmbio e índice de preços). Tais mudanças decorrem de eventos que impactaram a economia doméstica e o mercado de títulos públicos, dificultando a adoção da estratégia pretendida pelo Tesouro Nacional de substituição gradual de títulos cambiais e remunerados pela taxa Selic por títulos prefixados.



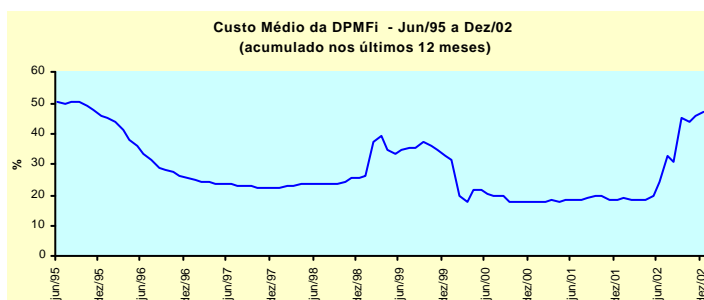
**TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2001/2002** (%)

Indexador	2001		2002
	Dez	Nov	Dez
Selic	66,06	64,44	67,81
Câmbio	10,65	12,99	13,09
Prefixados	9,68	5,00	2,46
Índices de Preços	9,31	15,48	14,49
TR	4,29	2,08	2,15
Outros	0,01	0,01	0,01

* Não inclui dívida agrícola.

Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público caiu de 30,43% a.a., em novembro, para 23,28% a.a., em dezembro, devido, principalmente, à apreciação cambial de 2,84% ocorrida no mês e também à redução na variação do IGP-M (3,75% em dezembro, contra 5,19% em novembro).



Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 35,61% a.a., em novembro, para 30,17% a.a., em dezembro. Contribuiu para esta redução, principalmente, a menor variação dos índices de preços em relação a novembro, que afetaram particularmente o custo médio das NTN-C e de parcela relevante dos títulos da dívida securitizada.

Considerando-se o comportamento do custo médio ao longo de 2002, observa-se que este foi fortemente influenciado pela desvalorização cambial, pelo aumento da taxa Selic e dos índices de preços.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUAL DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

Período	(% anual)			
	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	Pub (2)
2000	17,45	17,64	18,09	18,35
2001 Dez	17,83	8,73	18,62	10,07
2001	17,18	18,28	17,88	18,42
2002 Jan	17,87	24,31	18,66	26,32
Fev	17,93	13,09	18,48	13,28
Mar	17,61	15,15	18,29	15,55
Abr	17,98	19,91	18,48	20,94
Mai	18,42	34,65	19,01	38,64
Jun	19,63	72,19	20,28	83,09
Jul	19,98	128,63	20,43	147,93
Ago	20,50	5,69	20,99	4,58
Set	21,14	337,95	21,71	317,61
Out	24,79	12,83	25,48	12,87
Nov	35,61	30,43	33,92	30,29
Dez	30,17	23,28	31,06	24,53
2002	20,94	45,00	22,13	46,86

Pub - Títulos emitidos em oferta pública.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi em poder do público foi de 30,17% a.a. em dezembro.

Em dezembro, o prazo médio da DPMFi em poder do público permaneceu praticamente estável. As movimentações mais relevantes foram: i) o aumento no prazo das NTN-C em 6,52 meses devido à emissão por oferta pública de R\$ 2,1 bilhões com prazo médio de emissão (93,70 meses) superior ao prazo médio de estoque (61,93 meses em novembro); ii) as reduções nos prazos médios das LFT, em 1,70 meses, devido ao cancelamento de R\$ 16,3 bilhões em LFT séries A e B, com prazo médio de 140 meses, prazo este superior ao prazo médio de estoque do mês de novembro (23,51 meses) e, iii) aumento no prazo médio do estoque das LTN em virtude do resgate líquido ocorrido no mês.

Prazo Médio

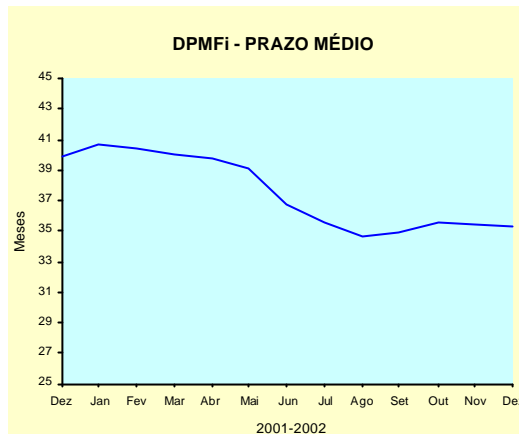
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2002

Título	(meses)		
	2001 Dez	2002 Nov	2002 Dez
LTN	3,45	2,01	3,01
LFT	36,80	23,51	21,81
NTN-C	72,27	61,60	68,12
NTN-D	19,94	19,02	18,07
TDA	51,97	49,39	54,15
Dívida Securitizada*	75,13	61,93	61,39
Demais	85,56	120,24	118,76
Total	39,84	35,39	35,32

(*) Inclui dívida agrícola.

**TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

Período	(meses)	
	Período	Total
2001	Dez	39,84
2002	Jan	40,70
	Fev	40,34
	Mar	40,01
	Abr	39,76
	Mai	39,16
	Jun	36,76
	Jul	35,60
	Ago	34,57
	Set	34,85
	Out	35,53
	Nov	35,39
	Dez	35,32



No ano de 2002, observou-se queda do prazo médio da DPMFi em 4,52 meses. A volatilidade no mercado financeiro doméstico ao longo do ano foi o principal fator que dificultou a implementação da estratégia de diminuição do risco de refinanciamento do Tesouro Nacional (alongamento dos prazos dos títulos emitidos em oferta pública).

Dívida Externa Líquida

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), em moeda nacional, decresceu 0,39% no mês de dezembro, em função da apreciação cambial ocorrida no mês. Na moeda americana, o estoque da dívida apresentou elevação de 0,13%, como decorrência da valorização do euro e iene frente ao dólar. No ano, a dívida mobiliária externa apresentou aumento de 5,9%, passando de US\$ 53,6 bilhões, em dezembro de 2001, para US\$ 56,8 bilhões, em dezembro de 2002.

Em dezembro, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 262,9 bilhões, equivalentes a 19,7% do PIB.

**TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

	(R\$ milhões)		
	2001 Dez	2002 Nov	2002 Dez
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	124.482,9	204.856,1	200.667,7
Bônus de Renegociação	45.487,3	67.329,2	65.418,4
Bônus de Captação	78.995,6	137.526,9	135.249,3
II. DÍVIDA CONTRATUAL	44.900,8	69.901,9	69.479,4
Organismos Multilaterais	23.370,8	37.256,9	39.347,0
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.894,9	12.339,2	11.989,0
Clube de Paris	13.635,1	20.305,7	18.143,4
DÍVIDA EXTERNA BRUTA (I + II)	169.383,7	274.758,0	270.147,1
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.768,8	-6.318,1	-6.138,8
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-983,7	-1.248,5	-1.090,9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	164.631,2	267.191,4	262.917,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	13,7%	20,4%	19,7%

O serviço da dívida externa pago em dezembro totalizou R\$ 5,2 bilhões, dos quais R\$ 879,2 milhões referem-se ao pagamento de juros e R\$ 4,3 bilhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 2,4

bilhões) referiu-se aos pagamentos da dívida contratual externa junto ao Clube de Paris. Em 2002, os pagamentos alcançaram R\$ 32,5 bilhões, dos quais R\$ 15,2 bilhões corresponderam a amortizações e R\$ 17,4 bilhões a juros e encargos. Vale ressaltar, ainda, que aproximadamente 61,5% destes pagamentos foram relativos à dívida mobiliária externa (vide tabela 10).

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Dez/2002

Discriminação	Principal		Juros e Encargos		Total	
	Dez	Ano	Dez	Ano	Dez	Ano
I. Encargos Totais	4.280,2	15.152,1	879,2	17.358,8	5.159,3	32.510,9
I.1. Organismos Multilaterais	1.652,7	3.879,8	286,6	1.619,7	1.939,2	5.499,5
I.2. Bancos Privados / Aq. Gov.	771,7	2.257,1	74,1	552,6	845,8	2.809,7
I.3. Clube de Paris	1.855,8	3.224,9	518,0	978,4	2.373,8	4.203,3
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	5.790,3	0,5	14.208,0	0,5	19.998,3

Em dezembro, as despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 5,2 bilhões.

Apesar da ausência de alterações significativas na composição do estoque da DPFe no mês, foram atingidos, ao longo de 2002, resultados positivos no que se refere à estratégia de substituição gradual dos títulos da dívida externa renegociada (*Bradies*) por novos bônus. Mesmo com a conjuntura internacional adversa em 2002, foram realizados, com sucesso, quatro operações no mercado externo, que totalizaram US\$ 3,9 bilhões em captações de novos recursos.

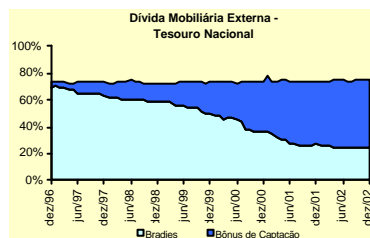
Valores (na emissão)

Títulos	Data de Emissão	Moeda Local	Na moeda local (mil)	Em USD mil ¹ Cash	Prazo	Spread ²
Global 2012	11.01.02	USD	1.250.000	1.250.000	10 anos	754
Global 2008	12.03.02	USD	1.250.000	1.250.000	6 anos	738
Euro 2009	02.04.02	EUR	500.000	439.630	7 anos	646
Global 2010	17.04.02	USD	1.000.000	1.000.000	8 anos	719
Total				3.939.630		

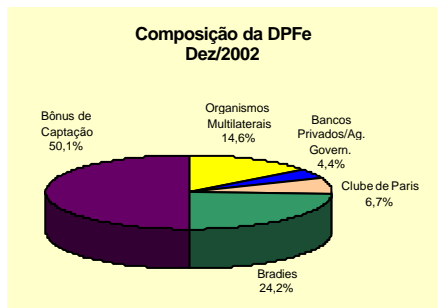
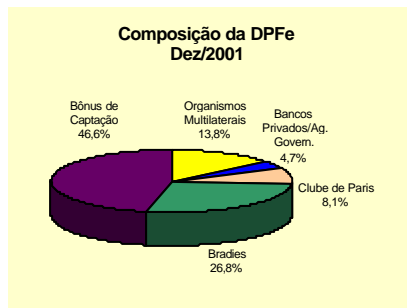
Fonte: Tesouro Nacional

¹ Convertido à taxa vigente no dia da emissão (*closing date*).

² Em pontos-base (moeda local), apurados na data do lançamento.



Em decorrência das operações mencionadas, a participação da dívida renegociada no total da DPFe reduziu-se de 26,8%, em dezembro de 2001, para 24,2%, em dezembro de 2002, enquanto que a dos bônus de captação aumentou em 3,5 pontos percentuais.



A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa foi de 50,1%, em dezembro.

Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa reduziu-se de 6,07 anos, em novembro, para 5,97 anos, em dezembro. Devido à ausência de volumes significativos de novas emissões e cancelamentos no período, a variação é decorrente da diminuição no prazo remanescente dos títulos.

O custo médio em dólares permaneceu praticamente estável em relação a novembro em virtude da ausência de novos eventos (emissões e cancelamentos).

No ano, o prazo médio da dívida mobiliária externa passou de 6,72 anos, em dezembro de 2001, para 5,97 anos, no mesmo mês de 2002. Relativamente ao custo médio, o indicador teve um pequeno aumento, passando de 8,30% a.a. ao final de 2001, para 8,54% a.a. em dezembro de 2002.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,54% a.a. e prazo médio de 5,97 anos, em dezembro.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2001/2002

Título	2001		2002	
	Dez	Nov	Nov	Dez
Prazo Médio (anos)	6,72	6,07	6,07	5,97
Bônus de Renegociação	6,51	6,15	6,15	6,07
Bônus de Captação	6,84	6,03	6,03	5,92
Globais	8,41	7,28	7,28	7,20
Euros	3,84	3,45	3,45	3,39
Demais	2,75	2,40	2,40	2,34
Custo Médio (% a.a.) *	8,30	8,62	8,62	8,54
Bônus de Renegociação	5,19	5,19	5,19	4,93
Bônus de Captação	10,09	10,30	10,30	10,28
Globais	11,04	11,16	11,16	11,16
Euros	9,94	10,11	10,11	10,12
Demais	5,08	4,93	4,93	4,94

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Dez/2001	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2002
I. RECEITA TOTAL	28.853,4	29.237,5	23.989,7	23.412,9	26.813,8	24.910,7	22.334,0	27.139,0	24.132,8	29.023,8	29.967,2	26.978,0	33.941,0
I.1. Receitas do Tesouro	20.257,4	24.106,3	18.805,9	18.232,7	21.442,5	19.374,0	17.044,8	21.362,5	18.326,7	23.267,4	23.875,9	21.146,5	23.867,6
I.1.1 Receita Bruta	20.589,3	24.363,1	19.156,5	18.437,5	21.635,6	19.618,8	18.176,4	22.537,7	19.749,2	24.010,9	24.829,3	22.065,1	24.959,7
- Impostos	9.522,6	12.109,0	8.627,4	8.687,4	10.152,5	8.890,9	8.301,9	9.870,7	8.201,8	11.280,2	11.059,2	9.442,5	11.290,3
- Contribuições	8.423,6	9.882,4	8.077,0	8.228,1	8.622,2	8.748,6	8.556,4	10.152,0	9.972,0	10.634,8	11.093,4	10.891,8	10.775,5
- Demais	2.643,1	2.371,6	2.452,1	1.522,0	2.860,8	1.979,3	1.318,1	2.515,0	1.575,4	2.095,9	2.676,8	1.730,7	2.893,9
I.1.2. (-) Restituições	-320,4	-157,5	-350,6	-204,8	-193,1	-244,7	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5	-743,5	-953,5	-768,6	-1.092,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.595,9	5.131,2	5.183,8	5.180,2	5.371,3	5.536,6	5.289,2	5.776,5	5.806,0	5.756,4	6.091,4	5.831,6	10.073,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.219,6	4.808,1	5.436,9	4.329,5	4.282,1	5.343,5	3.676,3	4.245,1	4.183,2	4.413,3	5.273,2	5.406,5	4.742,2
II.1. Transferências Constitucionais	3.622,0	3.913,7	4.533,4	3.487,0	3.669,5	4.171,2	2.972,6	3.241,0	3.080,7	3.385,4	4.419,3	3.897,9	3.824,7
II.2. Lei Complementar 87/96	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.3. Demais	299,2	566,0	573,2	513,1	283,2	842,9	374,3	674,7	773,0	698,4	524,5	1.179,3	588,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	24.633,7	24.429,5	18.552,8	19.083,4	22.531,8	19.567,2	18.657,7	22.893,9	19.949,6	24.610,5	24.694,1	21.571,5	29.198,8
IV. DESPESA TOTAL	29.396,7	18.378,6	15.973,7	17.027,7	16.754,6	17.711,1	16.824,6	20.929,5	18.561,8	17.598,2	20.873,5	20.526,1	33.760,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.947,7	7.241,4	5.486,6	5.281,0	5.359,4	5.288,5	5.923,1	7.046,9	5.543,6	5.248,9	5.684,4	6.411,4	8.790,1
IV.1.1. INSS	355,7	397,2	278,4	293,1	305,0	292,4	327,3	422,1	298,6	287,7	294,6	317,0	425,2
IV.1.2. Demais	7.592,0	6.844,3	5.208,2	4.987,9	5.054,4	4.996,1	5.595,9	6.624,8	5.245,0	4.961,3	5.389,7	6.094,3	8.364,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.283,8	6.157,9	6.254,7	6.316,7	6.413,8	6.608,6	6.733,9	7.091,5	7.117,2	7.167,1	7.230,0	7.864,5	13.070,8
IV.3. Custeio e Capital	10.165,1	4.979,2	4.232,5	5.430,0	4.981,3	5.814,0	4.167,6	6.791,1	5.901,0	5.182,2	7.959,2	6.250,2	11.899,9
IV.3.1. Despesa do FAT	571,4	333,5	627,5	467,2	434,6	788,9	94,2	1.227,3	879,9	795,4	930,3	616,1	721,9
- Abono e Seguro Desemprego	475,3	311,4	584,0	370,7	361,6	735,3	60,9	1.195,3	821,2	747,3	829,8	429,8	615,2
- Demais Despesas do FAT	96,1	22,1	43,5	96,6	73,0	53,7	33,2	32,0	58,7	48,1	100,5	186,3	106,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	683,5	130,7	-0,5	96,9	131,9	142,8	-34,5	81,1	171,3	-55,4	1.472,7	1,7	784,2
- Operações Oficiais de Crédito	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	682,2
- Subvenções aos Fundos Regionais	124,3	119,1	-83,2	2,3	64,5	63,7	-68,7	12,2	57,0	0,1	56,7	60,1	102,1
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.910,2	4.515,0	3.605,4	4.865,9	4.414,8	4.882,3	4.107,9	5.482,7	4.849,8	4.442,2	5.556,2	5.632,3	10.393,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	-4.763,0	6.050,9	2.579,0	2.055,7	5.777,2	1.856,1	1.833,1	1.964,4	1.387,8	7.012,3	3.820,6	1.045,5	-4.562,0
V.1. Tesouro Nacional	-2.075,1	7.077,6	3.649,9	3.192,2	6.819,7	2.928,1	3.277,8	3.279,4	2.699,0	8.423,0	4.959,2	3.078,4	-1.564,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-2.687,9	-1.026,7	-1.070,9	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-79,8	-22,8	-53,2	-57,8	-56,6	-43,8	-70,7	-60,0	-77,5	-86,8	-58,2	-48,0	-142,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	-4.842,8	6.028,1	2.525,8	1.998,0	5.720,6	1.812,3	1.762,4	1.904,5	1.310,4	6.925,4	3.762,3	997,5	-4.704,0
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.086,4	1.011,6	-381,3	316,3	11,9	35,8	19,1	185,1	107,5	-881,6	550,6	563,1	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	-5.929,2	7.039,6	2.144,5	2.314,2	5.732,5	1.848,0	1.781,5	2.089,6	1.417,9	6.043,8	4.312,9	1.560,5	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	7.637,6	-12.518,5	-678,6	-3.200,2	-8.338,9	-15.995,2	-23.076,4	-28.470,0	12.383,6	-40.920,9	565,3	-499,5	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.708,4	-5.478,9	1.465,9	-886,0	-2.606,4	-14.147,2	-21.294,9	-26.380,4	13.801,5	-34.877,0	4.878,2	1.061,1	nd

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

"R\$ milhões

	Dez/2001	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2002
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	30.554,8	22.989,4	27.751,7	24.647,0	26.414,5	31.035,7	29.321,4	27.994,8	35.339,5	33.924,5	38.879,4	30.431,4	40.559,9
I.1 - Recolhimento Bruto	20.292,6	15.532,7	19.670,3	17.213,7	17.988,9	20.507,2	15.759,7	17.971,3	20.104,4	19.689,9	24.524,9	22.292,0	25.397,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	753,6	633,2	774,2	906,7	1.183,4	790,4	911,5	676,4	738,1	738,6	1.775,7	916,0	1.131,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	378,9	144,3	647,0	156,5	83,9	117,4	111,0	239,0	139,4	185,9	282,3	286,4	-110,1
I.5 - Receita do Salário Educação	124,4	213,6	114,6	119,6	124,6	125,7	129,7	130,7	159,9	137,7	148,0	155,1	157,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.009,1	5.334,1	5.190,0	5.564,7	5.695,6	5.844,9	5.707,4	6.224,3	6.167,0	6.439,1	7.016,9	6.551,7	10.889,6
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	7,7	1.230,7	1.355,6	685,9	1.338,0	3.650,0	6.702,2	2.753,1	8.030,7	6.733,3	5.131,6	380,2	3.093,6
II. DESPESAS	33.639,9	25.675,4	25.814,9	23.204,0	26.267,7	24.156,5	26.686,6	25.320,7	28.930,8	26.459,9	33.935,4	31.130,5	40.427,0
II.1 - Liberações Vinculadas	5.665,8	5.869,1	6.158,3	4.847,4	5.038,3	5.938,3	4.498,2	4.898,4	5.540,3	5.214,3	5.615,6	6.262,4	5.726,0
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.852,2	4.175,5	4.832,2	3.715,7	3.882,0	4.471,2	3.165,2	3.451,6	3.280,2	3.605,7	4.709,5	4.152,4	3.980,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	180,3	165,8	344,8	174,6	171,5	457,3	250,1	242,1	605,9	363,5	356,1	802,4	350,8
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.1.4 - Outras Vinculações	1.334,9	1.199,5	651,0	627,8	655,5	680,4	753,5	875,4	1.324,8	915,7	220,7	978,2	1.065,0
II.2 - Liberações Ordinárias	27.974,1	19.806,2	19.656,6	18.356,6	21.229,4	18.218,2	22.188,4	20.422,3	23.390,6	21.245,6	28.319,8	24.868,1	34.701,0
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.908,2	7.079,9	5.289,0	5.390,9	5.217,0	5.258,7	7.457,7	5.352,9	5.505,8	5.290,4	5.546,6	8.349,8	7.136,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	-723,0	1.626,4	1.236,1	682,0	2.676,4	758,8	940,4	1.804,2	1.317,5	1.161,5	6.205,7	520,1	726,1
i) Dívida Contratual Interna	-978,3	76,4	102,5	100,7	111,5	449,1	105,2	97,6	90,1	115,8	798,0	73,5	122,0
ii) Dívida Contratual Externa	255,3	1.550,0	1.133,7	581,4	2.564,9	309,7	835,2	1.706,6	1.227,3	1.045,6	5.407,8	446,6	604,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.741,7	2.104,4	2.644,0	1.751,7	3.043,1	1.195,0	2.466,7	1.638,0	1.507,1	3.102,4	2.623,4	2.766,0	2.165,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	10.611,8	6.377,3	6.494,5	5.977,3	6.550,3	6.854,9	6.613,2	6.864,5	8.714,3	6.188,5	6.885,1	7.968,9	15.207,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.509,1	2.450,1	3.723,9	4.281,5	3.554,2	3.922,7	4.567,2	4.437,4	6.051,5	5.368,3	6.321,4	5.014,6	8.683,3
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	926,4	168,1	269,1	273,2	188,4	228,2	143,1	325,3	294,4	134,6	737,6	248,7	782,5
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-3.085,1	-2.686,0	1.936,8	1.443,0	146,8	6.879,2	2.634,8	2.674,1	6.408,7	7.464,6	4.944,0	-699,1	133,0
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	10.112,3	16.491,4	14.390,1	16.359,1	22.684,1	11.892,7	7.044,0	25.584,9	9.433,4	4.149,4	11.012,4	35.037,7	36.723,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	9.548,4	16.169,0	13.777,4	15.769,5	22.129,2	11.364,9	6.448,7	22.521,5	7.398,8	3.776,0	10.222,2	34.321,7	35.116,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	563,9	322,4	612,7	589,6	554,8	527,8	595,2	3.063,5	2.034,6	373,5	790,1	716,0	1.607,8
V. DESPESAS	10.815,2	11.352,5	15.212,7	15.676,5	19.695,7	5.855,9	18.295,1	10.345,3	10.869,9	14.717,5	31.814,5	34.760,9	24.406,4
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	9.004,0	11.180,8	15.006,6	15.365,1	18.941,2	4.597,6	16.418,1	7.665,6	9.796,0	14.134,6	27.964,8	33.742,2	21.326,1
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	1.811,2	171,7	206,1	311,4	754,5	1.258,3	1.877,0	2.679,8	1.073,8	582,9	3.849,8	1.018,7	3.080,2
V.2.1 - Dívida Interna	296,2	71,5	91,9	92,1	93,1	-82,4	105,4	89,0	102,4	1.519,5	58,9	121,7	
V.2.2 - Dívida Externa	1.515,1	100,1	114,2	219,3	661,5	1.340,6	1.771,5	2.590,8	971,4	480,5	2.330,3	959,7	2.958,5
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	544,4	4.988,2	-1.229,2	404,4	3.188,1	6.767,2	-9.969,4	14.855,9	-2.397,2	-10.358,6	-17.742,6	579,5	13.789,9
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.686,7	3.372,8	4.703,4	4.363,5	4.692,1	-3.477,0	-12.108,2
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-4.428,9	-855,1	4.158,0	2.996,1	-176,7	18.614,5	70,4	21.286,5	9.675,6	1.260,0	-11.166,1	-3.899,3	342,3

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

"R\$ milhões

	Dez/2001	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2002
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	2.493,9	6.161,1	8.867,5	1.700,7	6.168,7	6.137,4	9.810,9	11.156,0	8.583,5	21.269,7	13.084,1	12.238,1	1.320,3
I.1. Emissão de Títulos	3.375,4	4.861,4	7.619,9	1.252,4	4.811,0	2.278,9	2.767,3	8.088,4	2.911,8	14.110,9	7.843,4	14.503,7	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	-342,9	1.187,0	1.163,9	414,2	1.258,3	3.650,0	6.702,2	2.753,1	5.733,8	6.700,3	5.131,6	-2.287,3	1.189,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	-538,6	112,7	83,8	34,0	99,3	208,5	341,5	314,5	-62,0	458,4	109,1	21,7	131,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	3.134,8	9.469,2	5.823,8	830,2	9.480,5	438,8	1.124,2	7.783,2	3.880,1	16.906,2	8.392,0	15.715,1	13.428,5
II.1. Resgate de Títulos	2.195,0	7.963,1	5.021,9	729,5	8.247,8	7,8	11,8	6.047,7	3.307,7	15.646,1	7.718,5	14.485,0	12.305,4
II.2. Encargos da DPMF	939,8	1.506,1	801,9	100,7	1.232,7	431,1	1.112,4	1.735,5	572,4	1.260,1	673,5	1.230,0	1.123,1
III. RESULTADO (I - II)	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.686,7	3.372,8	4.703,4	4.363,5	4.692,1	-3.477,0	-12.108,2

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

*R\$ milhões

	Dez/2001	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2002
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	30,2	5,0	19,0	17,6	20,2	18,9	19,1	18,1	17,5	0,7	38,4	12,0	28,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	42,2	2,1	0,0	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	73,6	0,0	100,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	18,9	-20,4	28,2	9,0	7,5	-2,4	-11,1	10,2	-22,5	-69,0	-159,0	-175,9	330,4
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,8	1,9	0,0	3,8	0,0	6,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-11,5	-40,4	5,9	-8,9	7,3	-10,1	-13,5	-7,6	-24,4	-74,0	-163,8	-195,8	319,0
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	30,2	20,0	22,2	17,8	0,1	7,6	2,1	17,0	0,0	5,0	1,0	20,0	5,1
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	155,5	0,6	25,2	22,4	24,5	24,3	26,1	38,6	50,4	4,5	208,8	26,0	164,3
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	296,8	24,3	10,4	33,4	15,2	38,3	0,2	2,0	68,9	7,0	170,7	39,4	55,3
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	15,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	11,3	40,0	4,1
VIII. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.072,3	0,0	0,0
IX. TOTAL	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	682,2

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Dez/2001	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2002
I. DÍVIDA INTERNA	120.499,8	120.582,7	132.158,9	125.471,7	135.004,9	139.975,8	136.647,4	143.402,7	123.710,8	112.746,7	94.445,1	89.652,1	68.075,2
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	577.668,2	556.108,7	569.525,7	556.691,1	564.376,7	558.882,9
Dívida Bancária	25.355,0	25.364,4	25.367,2	25.361,1	25.382,6	25.414,3	25.423,8	25.080,8	25.111,7	25.112,8	25.076,6	25.146,3	25.206,0
INSS	-11.257,1	-11.277,4	-11.298,8	-11.319,2	-11.331,6	-11.410,9	-11.537,6	-11.738,4	-11.979,0	-12.261,7	-12.585,9	-13.115,8	-13.881,8
Lei 7.976/89	-10.316,5	-10.684,3	-10.425,0	-10.303,9	-10.361,7	-10.810,1	-11.573,9	-13.192,8	-12.243,0	-14.882,0	-14.143,2	-13.749,4	-13.185,4
Bônus Renegociação	-18.988,0	-19.081,6	-18.498,3	-18.310,5	-18.477,7	-19.773,4	-22.204,5	-26.765,6	-23.595,8	-30.219,9	-28.158,7	-27.989,6	-25.603,0
Lei 8.727/93	-46.429,7	-45.312,4	-45.331,5	-45.299,3	-45.332,0	-45.386,4	-45.417,7	-45.550,1	-45.686,0	-45.775,9	-45.753,2	-46.044,2	-46.384,8
Lei 9.496/97	-154.222,1	-154.768,7	-155.046,2	-155.941,8	-155.874,4	-157.271,1	-159.601,2	-162.048,3	-163.963,6	-168.338,7	-173.562,5	-179.532,2	-190.405,9
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-20.279,5	-20.375,4	-20.425,8	-20.829,8	-20.847,1	-21.032,6	-21.276,3	-21.569,6	-22.077,8	-22.765,3	-23.262,0	-24.207,7	-27.033,5
Recebíveis das Estatais	-17.878,1	-18.285,1	-18.247,1	-18.289,1	-19.454,4	-19.940,5	-20.896,4	-22.410,0	-24.205,1	-26.311,0	-27.909,4	-29.039,4	-30.726,9
Outros	-33.378,8	-30.059,8	-29.976,8	-30.175,3	-30.187,8	-30.173,0	-30.505,7	-37.194,6	-37.548,6	-38.043,5	-38.429,3	-38.842,9	-40.341,0
Fat	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.392,2	-78.749,4	-79.193,9
Demais Entidades	-23.613,7	-23.955,2	-24.763,4	-25.392,9	-26.070,3	-26.676,8	-27.118,8	-27.463,3	-28.158,0	-28.419,2	-30.003,6	-30.151,7	-30.990,7
Créditos das Operações Oficiais	-11.554,5	-11.832,7	-11.414,8	-11.063,5	-11.204,1	-11.703,0	-12.663,6	-14.233,1	-12.870,0	-15.350,2	-14.601,7	-14.455,1	-14.738,5
Arrecadação a Recolher	-767,0	-7.746,0	-4.591,6	-4.587,8	-6.977,2	-3.581,2	-4.115,5	-6.576,0	-3.860,2	-6.579,0	-5.520,8	-3.993,4	-3.528,4
II. DÍVIDA EXTERNA	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1	267.911,0	267.191,4	262.917,4
Dívida Mobiliária	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7
Títulos Depositados em Garantias	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.318,1	-6.138,8
Dívida Contratual	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	69.901,9	69.479,4
Disponibilidades	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	285.131,0	293.804,0	300.199,6	294.900,5	309.924,6	327.579,7	349.412,8	400.311,2	349.229,9	400.560,8	362.356,1	356.843,6	330.992,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,8%	24,3%	24,8%	24,3%	25,4%	26,7%	28,1%	31,9%	27,6%	31,3%	28,1%	27,2%	24,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/2001	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2002
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	45.487,3	46.744,8	45.389,8	44.878,3	44.729,7	47.750,1	53.853,7	64.912,6	57.221,9	73.682,7	67.564,3	67.329,2	65.418,4
Brazil Investment Bond (BIB)	862,3	898,7	872,7	827,5	841,4	898,2	1.013,0	1.221,0	1.076,4	1.326,8	1.241,7	1.238,8	1.203,7
Par Bond (PB)	4.938,4	4.965,9	4.822,0	4.771,4	4.782,8	5.105,7	5.758,4	6.940,9	6.118,6	7.885,1	7.267,2	7.230,6	7.025,4
Discount Bond (DB)	5.182,0	5.274,4	5.121,5	5.067,8	5.152,7	5.500,6	6.203,7	7.477,7	6.591,7	8.494,9	7.949,9	7.931,3	7.706,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.437,4	1.468,1	1.425,5	1.410,6	1.434,2	1.531,0	1.726,8	2.081,3	1.834,8	2.364,5	2.212,8	2.207,6	2.145,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	15.329,4	15.814,7	15.356,3	15.195,4	15.449,8	16.492,9	18.601,3	22.421,1	19.764,7	25.471,1	23.836,9	23.781,3	23.106,4
Debt Conversion Bond (DCB)	8.861,4	9.175,4	8.909,4	8.816,1	8.961,2	9.566,7	10.789,1	13.004,6	11.463,8	14.773,7	13.825,8	13.735,6	13.345,8
New Money Bond (NMB)	3.658,2	3.778,4	3.668,9	3.630,5	3.445,2	3.677,8	4.147,9	4.999,7	4.407,3	5.679,8	4.935,7	4.924,2	4.784,4
Eligible Interest (EI)	5.218,2	5.369,2	5.213,5	5.158,9	4.662,5	4.977,3	5.613,5	6.766,3	5.964,6	7.686,7	6.294,4	6.279,7	6.101,5
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	78.995,6	84.790,2	82.283,0	84.374,4	89.321,3	95.862,0	109.937,1	129.566,6	114.383,5	147.215,0	137.774,0	137.526,9	135.249,3
Bônus Marco Alemão 2007	1.052,9	1.064,8	1.033,9	1.023,1	1.040,2	1.206,5	1.444,1	1.716,8	1.520,4	1.970,3	1.848,0	1.851,9	1.892,4
Bônus Parallel Franco	313,9	327,2	317,7	314,4	319,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Florim	373,8	389,5	378,3	374,3	380,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Xelim	299,3	311,9	302,9	299,7	304,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2007	8.121,4	8.464,1	8.218,7	8.132,6	8.268,8	8.827,0	9.955,4	11.999,8	10.578,1	13.632,2	12.757,5	12.727,8	12.366,6
Bônus Eurolira	797,6	831,2	807,1	798,7	812,1	866,9	1.094,0	1.300,6	1.151,8	1.492,6	1.399,9	1.402,9	1.433,6
Bônus Eurosterling 2007	506,1	513,0	499,5	492,9	501,1	535,0	603,3	805,6	704,0	918,0	857,0	850,3	854,1
Bônus Euro 2003	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	1.017,2	1.085,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.759,6
Bônus Marco Alemão 2008	789,7	823,0	799,1	790,7	804,0	904,9	1.083,1	1.287,6	1.140,3	1.477,7	1.386,0	1.388,9	1.419,3
Bônus Global 2008	2.900,5	3.022,9	2.935,3	5.809,0	5.906,3	6.305,0	7.111,0	8.571,3	7.555,8	9.737,3	9.112,5	9.091,3	8.833,3
Bônus Global 2004	6.961,2	7.254,9	7.044,6	6.970,8	7.087,5	7.566,0	8.533,2	10.285,5	9.066,9	11.684,7	10.935,0	10.909,5	10.599,9
Bônus Euro 2002	1.650,9	1.666,0	1.617,7	1.600,7	1.627,5	1.887,8	2.259,6	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	996,9	1.156,3	1.384,0	1.645,3	1.457,1	1.888,3	1.771,0	1.774,8	1.813,6
Bônus Global 2009	4.640,8	4.836,6	4.696,4	4.647,2	4.725,0	5.044,0	5.688,8	6.857,0	6.044,6	7.789,8	7.290,0	7.273,0	7.066,6
Bônus Euro 2006	1.444,5	1.457,7	1.415,5	1.400,6	1.399,7	1.623,5	1.943,2	2.310,2	2.045,8	2.651,3	2.523,1	2.491,9	2.546,4
Bônus Global 2020	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3
Bônus Euro 2010	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9
Bônus Global 2030	3.712,6	3.869,3	3.757,1	3.717,8	3.780,0	4.035,2	4.551,0	5.485,6	4.835,7	6.231,8	5.832,0	5.818,4	5.653,3
Bônus Samurai 2003	4.595,7	4.763,3	4.562,4	4.547,3	4.768,9	5.267,5	6.173,1	7.425,9	6.628,4	8.309,3	7.719,2	7.701,2	7.728,3
Bônus Euro 2005	2.579,5	2.603,1	2.527,6	2.501,2	2.518,6	2.921,4	3.496,7	4.214,8	3.681,3	4.770,7	4.474,6	4.484,0	4.582,1
Bônus Global 2007	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0
Bônus Global 2040	11.967,0	12.471,9	12.110,4	11.983,5	12.184,1	13.006,7	14.669,5	17.681,8	15.586,9	20.087,2	18.798,4	18.754,6	18.222,3
Bônus Euro 2007	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9
Bônus Samurai 2006	1.060,5	1.079,0	1.052,9	1.049,4	1.100,5	1.215,6	1.424,6	1.713,7	1.529,6	1.917,5	1.781,4	1.777,2	1.783,5
Bônus Global 2006	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0
Bônus Euro 2011	2.063,6	2.082,5	2.022,1	2.000,9	2.034,4	2.359,0	2.824,5	3.357,8	2.973,6	3.853,6	3.614,4	3.621,9	3.701,2
Bônus Global 2024	4.988,9	5.199,3	5.048,6	4.995,7	5.079,4	5.422,3	6.115,5	7.371,3	6.497,9	8.374,0	7.836,8	7.818,5	7.596,6
Bônus Samurai 2007	1.414,1	1.438,6	1.403,8	1.399,2	1.467,3	1.620,8	1.899,4	2.284,9	2.039,5	2.556,7	2.375,1	2.369,6	2.377,9
Bônus Global 2005	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3
Bônus Global 2012	-	3.022,9	2.935,3	2.904,5	2.953,1	3.152,5	3.555,5	4.285,6	3.777,9	4.868,6	4.556,3	4.545,6	4.416,6
Euro Bond 2009	-	-	-	-	1.017,2	1.179,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.850,6
Bônus Global 2010	-	-	-	-	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.318,1	-6.138,8
III. DÍVIDA CONTRATUAL	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	69.901,9	69.479,4
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9
V. TOTAL (I+II+III+IV)	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1	267.911,0	267.191,4	262.917,4
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	13,7%	14,3%	13,9%	13,9%	14,3%	15,3%	17,1%	20,5%	17,8%	22,5%	20,7%	20,4%	19,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Dez/2001	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2002
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	691.817,5	697.630,6	711.471,1	713.695,0	730.722,1	746.927,5	760.458,8	806.298,3	799.952,0	831.903,3	821.160,9	832.223,7	840.972,1
I. Dívida em Mercado	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	577.668,2	556.108,7	569.525,7	556.691,1	564.376,7	558.882,9
Dívida Securitizada	19.275,2	19.482,2	23.712,1	22.560,4	22.161,8	22.219,6	22.214,0	22.396,2	22.988,0	23.030,9	21.810,0	22.147,8	22.793,6
Certificados de Privatização	39,2	40,2	40,2	40,3	40,4	40,5	40,5	40,6	26,7	8,0	8,1	7,7	7,5
TDA	2.276,5	2.224,5	2.244,0	2.245,4	2.217,4	2.206,7	2.193,8	2.215,5	2.158,7	2.157,0	2.080,1	2.099,8	2.005,1
LTN	48.806,7	48.039,9	47.389,4	56.897,2	61.907,9	61.006,2	56.249,0	51.746,4	48.187,3	43.031,1	41.016,9	27.862,5	13.583,6
LFT	275.243,1	279.676,2	277.993,1	260.294,3	265.366,0	268.387,8	270.183,2	298.070,4	295.315,3	304.292,9	303.789,9	325.000,7	356.026,5
LFT-A	20.960,6	21.148,4	21.276,7	21.430,3	21.608,7	21.758,4	21.903,4	22.041,9	22.216,8	22.368,9	20.152,6	18.444,4	3.209,0
LFT-B	29.953,5	29.619,2	29.639,1	29.842,8	29.873,9	29.909,3	29.879,4	29.845,2	22.405,4	13.660,8	13.665,2	13.528,3	12.735,4
NTN-A	10.713,7	11.307,8	10.944,7	10.842,8	10.790,0	11.578,0	12.990,4	15.890,9	14.080,5	18.162,3	16.635,4	16.663,5	15.924,8
NTN-B	-	8.156,9	8.404,4	9.275,6	9.403,4	9.514,7	9.588,1	9.694,9	9.905,3	10.072,6	10.237,8	10.189,4	10.698,5
NTN-C	26.781,6	26.836,1	30.746,9	30.922,8	33.589,0	34.753,6	35.920,9	36.651,3	38.412,9	40.515,6	44.888,8	54.934,2	47.229,8
NTN-D	39.204,3	40.709,8	47.277,5	50.921,8	53.710,2	56.073,2	61.936,2	67.138,5	58.089,5	68.963,3	58.734,3	49.128,6	49.893,5
NTN-H	212,6	213,5	173,4	173,7	160,6	161,0	161,3	161,6	162,1	162,4	162,9	163,4	163,9
NTN-I	1.260,5	1.513,9	1.415,8	1.381,5	1.398,3	1.514,0	1.709,2	2.005,8	1.729,2	1.813,2	1.664,6	1.902,6	1.711,8
NTN-P	12.103,0	4.595,7	4.622,8	4.654,1	4.687,7	4.728,5	4.758,0	2.340,4	2.358,2	2.373,8	2.392,2	2.410,4	2.443,6
CFT-A	11.945,5	11.938,6	11.242,7	11.228,9	11.220,3	11.244,0	11.295,6	11.460,6	11.765,6	11.974,5	12.181,2	12.660,9	13.146,1
CFT-D	1.836,2	1.655,8	1.614,9	1.614,1	2.304,7	2.506,7	2.760,3	3.042,1	3.149,0	3.445,8	3.826,1	3.716,6	3.726,6
Demais	6.920,1	7.081,2	3.991,9	4.015,1	2.277,0	2.393,0	2.432,8	2.925,8	3.158,3	3.492,7	3.445,1	3.516,0	3.583,8
II. Dívida com BACEN	184.285,2	183.390,6	188.741,5	195.354,0	198.004,9	206.932,5	214.242,6	228.630,1	243.843,3	262.377,6	264.469,8	267.847,0	282.089,2
LTN	27.962,0	25.193,8	23.222,7	24.848,0	54.442,5	55.521,0	57.109,4	63.100,0	62.334,0	65.048,6	68.406,5	57.491,8	45.725,0
LFT	46.499,7	47.217,5	47.810,9	53.093,8	54.751,1	57.791,5	57.637,5	62.017,3	101.613,3	102.733,8	106.059,9	121.600,7	141.438,1
LFT-A	63.437,0	63.939,9	64.555,7	64.655,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	1.836,1	2.072,1	1.869,9	1.683,1	1.715,6	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-D	43.933,4	44.349,0	50.664,2	50.455,0	87.091,0	93.615,3	99.490,9	103.508,0	76.030,5	90.648,2	85.266,7	84.013,0	90.102,1
Demais	616,9	618,4	618,0	618,3	4,7	4,7	4,8	4,8	3.865,5	3.947,1	4.736,7	4.741,4	4.824,0
Dívida em Mercado/PIB	42,3%	42,6%	43,1%	42,7%	43,6%	43,9%	43,9%	46,0%	43,9%	44,6%	43,1%	43,0%	41,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Dez/2001	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2002
I. INTERNA	-86.588,2	-87.316,1	-89.598,3	-90.682,0	-92.110,1	-93.046,8	-94.351,2	-95.200,3	-98.067,7	-99.480,4	-101.364,7	-103.395,8	-108.901,1
Dívida contratual	620,4	581,9	597,8	585,3	579,1	585,7	619,1	674,1	785,2	707,8	872,1	813,9	812,9
FAT	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.392,2	-78.749,4
Aplicações financeiras	-2.066,5	-1.951,7	-1.926,2	-2.206,9	-2.501,4	-2.759,0	-2.759,1	-2.782,2	-2.632,5	-2.761,3	-2.765,3	-3.476,4	-3.330,1
Fundos Regionais	-15.859,5	-16.091,8	-16.362,8	-16.842,7	-17.202,5	-17.514,5	-17.883,8	-18.281,0	-18.625,2	-18.916,2	-19.223,5	-19.674,0	-20.025,3
Demais	-6.074,0	-6.152,1	-6.264,0	-6.299,0	-6.268,1	-6.382,6	-6.652,9	-6.729,7	-6.990,8	-7.188,3	-7.302,5	-7.667,0	-7.609,2
II. EXTERNA	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5
Disponibilidades	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-87.707,9	-88.299,8	-90.561,4	-91.656,7	-93.059,5	-93.989,6	-95.340,9	-96.204,9	-99.137,6	-100.662,9	-102.491,1	-104.499,1	-110.149,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-11,2%	-11,3%	-11,6%	-11,7%	-11,9%	-12,0%	-12,2%	-12,3%	-12,7%	-12,8%	-13,1%	-13,3%	-14,1%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação (FPM e FPE), apresentaram em dezembro um decréscimo de 2,1 %, em relação aos valores creditados em novembro. Os repasses neste mês superaram a expectativa inicial que indicava uma queda de 5%.

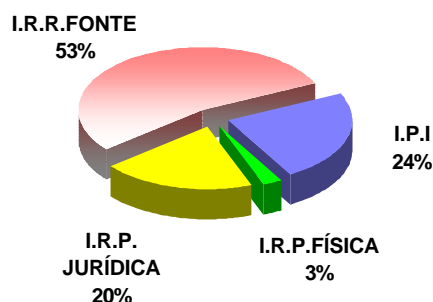
A arrecadação recorde de impostos no exercício de 2002 refletiu, também, nos valores das transferências constitucionais. Se comparados com os repasses de 2001, verifica-se um comportamento excelente, com incremento da ordem de 23,7% em valores nominais. Concorreu para isso arrecadações atípicas que, seguramente, não existirão no exercício de 2003 (REFIS 2000/2001, pagamento de impostos pelos Fundos de Pensão, incentivos concedidos pela Secretaria da Receita Federal para pagamento de débitos fiscais em atraso, etc.). No ano de 2002, as transferências para o FPM/FPE alcançaram, respectivamente, 18,6 bilhões e 17,7 bilhões, já descontados os 15% (quinze por cento) para o FUNDEF.

Com vistas ao cumprimento do disposto na Portaria nº 447, de 13 de setembro de 2002-DOU de 18/09/2002, informamos que o repasse dos Fundos de Participação creditado no dia 10 de janeiro de 2003 deverá ser contabilizado como receita do exercício de 2003.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **dezembro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

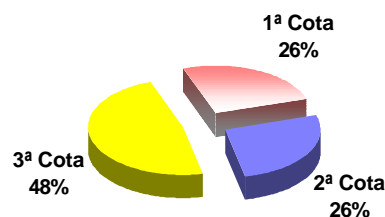
DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	DEZ	NOV	JAN A DEZ	DEZ/02 NOV/02	DEZ/02 DEZ/01	JAN A DEZ/02 JAN A DEZ/01
2001	1.771,6	1.460,8	17.650,9	-	-	-
2002	1.869,8	1.909,0	21.846,4	-2,1 %	+5,5 %	+23,8 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	DEZ	NOV	JAN A DEZ	DEZ/02 NOV/02	DEZ/02 DEZ/01	JAN A DEZ/02 JAN A DEZ/01
2001	1.692,9	1.395,9	16.866,5	-	-	-
2002	1.786,7	1.824,2	20.875,5	-2,1 %	+5,5 %	+23,8 %

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO

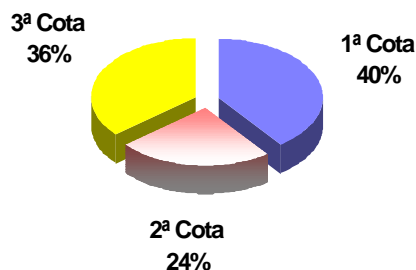


PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 578/01 os créditos no mês de **dezembro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/12, 20/12 e 30/12**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
DEZ	-5,0 %	-2,1 %	-5,0 %	-2,1 %	+4,5 %	+2,2 %

IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de novembro a 20 de dezembro, conforme demonstrativo abaixo: R\$

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Nov	1.920,9	7.185,4	9.106,2						
DEZ/2002	1.920,9	7.185,4	9.106,2	DEZ/2002	8.310,1	1.518,7	1.589,3	143,0	573,7
1º Dec./Dez.	762,4	1.594,5	2.356,9	3º Dec./Nov.	3.565,7	651,6	681,9	38,7	242,2
2º Dec./Dez.	464,8	1.922,7	2.387,5	1º Dec./Dez.	2.356,9	430,7	450,8	64,8	167,0
3º Dec./Dez.	693,7	3.668,1	4.361,8	2º Dec./Dez.	2.387,5	436,3	456,6	39,5	164,5

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	8.746,43	51.953,73	14,47	10.759,33
AL	37.740,12	63.178,23	140,45	18.249,04
AM	22.233,62	42.376,99	4.055,49	12.615,52
AP	6.019,46	51.817,05	32,91	10.413,08
BA	144.085,26	142.697,35	8.369,72	94.836,71
CE	80.699,53	111.423,36	1.692,43	35.007,45
DF	3.834,13	10.481,87	3,20	2.927,00
ES	28.230,98	22.780,06	6.376,69	12.233,66
GO	59.404,24	43.177,33	1.000,93	18.938,71
MA	64.178,79	109.620,70	1.710,48	66.725,54
MG	207.037,33	67.649,19	18.575,90	57.995,72
MS	23.805,92	20.228,70	855,13	8.531,73
MT	30.294,65	35.049,40	781,90	12.628,22
PA	57.654,30	92.821,16	6.857,75	46.784,24
PB	51.321,22	72.727,63	362,34	22.096,95
PE	81.894,86	104.791,33	932,28	31.803,24
PI	39.395,24	65.627,84	167,79	25.258,19
PR	107.767,73	43.786,32	15.452,84	34.453,37
RJ	47.209,91	23.200,73	9.097,14	16.928,57
RN	39.368,54	63.448,55	443,80	18.401,43
RO	14.357,29	42.759,70	157,91	10.230,55
RR	7.587,33	37.673,67	10,58	8.008,00
RS	107.702,21	35.761,66	23.696,69	34.434,74
SC	62.602,56	19.435,95	13.490,76	18.632,48
SE	22.942,23	63.105,33	96,16	15.325,59
SP	211.392,92	15.186,71	28.599,09	59.641,75
TO	24.208,08	65.910,32	20,59	15.945,77
TOTAL	1.591.714,90	1.518.670,86	142.995,43	719.806,54

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Jan/Dez	Fev/Jan	Mar/Fev
FPM	+7,7 %	+1,3 %	-17,0 %
FPE	+7,7 %	+1,3 %	-17,0 %
IPI-EXP	-1,1 %	-8,0 %	+18,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Fev/2002	27/03/02	Jul/2002	21/08/02
Mar/2002	29/04/02	Ago/2002	24/09/02
Abr/2002	28/05/02	Set/2002	28/10/02
Mai/2002	21/06/02	Out/2002	26/11/02
Jun/2002	31/07/02	Nov/2002	19/12/02

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

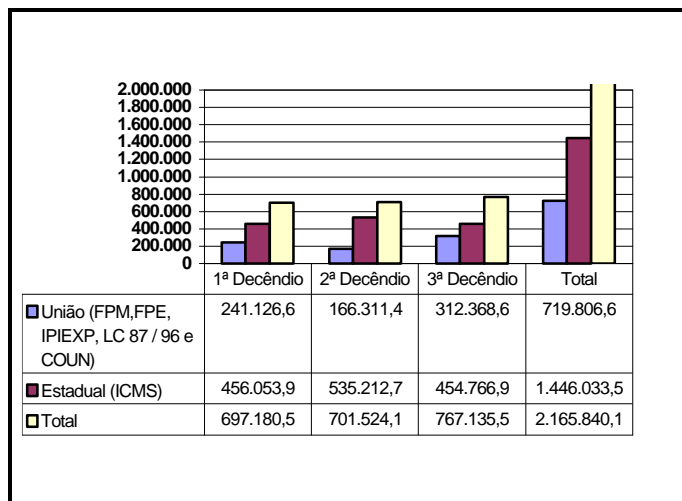
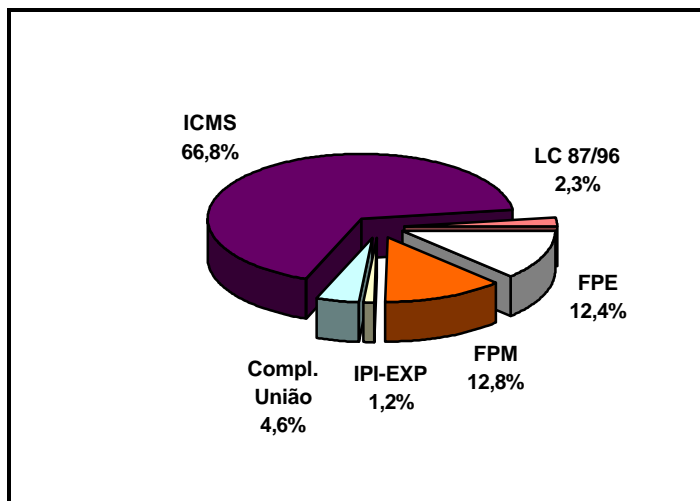
Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - DEZEMBRO/2002 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	138.714	9.168,3	1.543,5	2,6	0,0	45,0	2.704,0	13.463,3	97,1	1.085,6
AL	675.161	11.149,1	6.660,0	24,8	0,0	415,1	9.210,3	27.459,4	40,7	462,5
AM	666.430	7.478,3	3.923,6	715,7	0,0	498,0	27.437,5	40.053,0	60,1	662,6
AP	119.101	9.144,2	1.062,3	5,8	0,0	200,8	1.370,0	11.783,0	98,9	1.207,9
BA	3.523.271	25.181,9	25.426,8	1.477,0	40.914,7	1.836,3	67.262,2	162.099,0	46,0	436,8
CE	1.659.062	19.662,9	14.241,1	298,7	0,0	804,8	22.029,8	57.037,3	34,4	459,1
DF(2)	311.758	1.849,7	676,6	0,6	0,0	400,1	0,0	2.927,0	9,4	110,1
ES	521.063	4.020,0	4.981,9	1.125,3	0,0	2.106,4	28.411,5	40.645,2	78,0	812,5
GO	998.390	7.619,5	10.483,1	176,6	0,0	659,5	46.077,0	65.015,7	65,1	670,5
MA	1.531.967	19.344,8	11.325,7	301,8	34.923,7	829,5	8.455,7	75.181,2	49,1	428,5
MG	3.325.229	11.938,1	36.411,8	3.278,1	0,0	6.367,7	130.642,3	188.638,0	56,7	636,7
MS	427.869	3.569,8	4.201,0	150,9	0,0	610,0	23.106,0	31.637,7	73,9	718,5
MT	562.866	6.185,2	5.346,1	138,0	0,0	958,9	29.248,4	41.876,6	74,4	801,0
PA	1.543.112	16.380,2	10.174,3	1.210,2	16.863,5	2.156,0	21.712,4	68.496,6	44,4	427,0
PB	796.203	12.834,3	9.056,7	63,9	0,0	142,0	12.447,7	34.544,7	43,4	498,7
PE	1.578.289	18.492,6	12.480,0	164,5	0,0	666,2	32.151,1	63.954,3	40,5	475,7
PI	745.608	11.581,4	6.952,1	29,6	6.546,1	149,0	7.964,4	33.222,6	44,6	439,1
PR	1.570.158	7.727,0	19.017,8	2.727,0	0,0	4.981,6	79.556,0	114.009,4	72,6	804,0
RJ	2.008.532	4.094,2	8.331,2	1.605,4	0,0	2.897,8	127.401,5	144.330,1	71,9	860,5
RN	579.231	11.196,8	6.947,4	78,3	0,0	178,9	16.895,5	35.296,9	60,9	635,0
RO	299.212	7.545,8	2.533,6	27,9	0,0	123,2	11.575,8	21.806,3	72,9	711,8
RR	72.178	6.648,3	1.338,9	1,9	0,0	18,9	1.300,9	9.308,9	129,0	1.547,2
RS	1.580.781	6.310,9	18.980,0	4.181,8	0,0	4.962,1	105.681,9	140.116,7	88,6	988,2
SC	890.468	3.429,9	11.047,5	2.380,7	0,0	1.774,4	47.667,4	66.299,8	74,5	886,2
SE	393.510	11.136,2	4.048,6	17,0	0,0	123,8	11.223,9	26.549,5	67,5	719,7
SP	5.347.539	2.680,0	36.594,2	5.046,9	0,0	15.320,6	564.393,1	624.034,8	116,7	1.180,6
TO	286.388	11.631,2	4.272,0	3,6	0,0	38,9	10.107,2	26.053,0	91,0	880,1
Total	32.152.090	268.000,7	278.057,7	25.234,5	99.248,0	49.265,6	1.446.033,6	2.165.840,1	67,4	715,7

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.016, de 20.12.2001. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.